



LEI ORDINÁRIA Nº 1420

de 28 de outubro de 2024

***“Regulamenta o uso de cicloelétricos e bicicletas elétricas na
cidade de Chapadão do Sul e dá outras providências.”***

O Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais e consoante as disposições da Constituição Federal, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga e publica a seguinte LEI:

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a regulamentação do uso de cicloelétricos e bicicletas

elétricas no município de Chapadão do Sul - MS.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I. Cicloelétricos: veículos de duas ou três rodas providos originalmente de motor

elétrico, cuja velocidade máxima de fabricação não exceda 60 km/h.

II. Bicicletas elétricas: bicicletas dotadas originalmente com motor elétrico

auxiliar, cujo funcionamento depende do esforço do condutor, isentas de registro,

licenciamento e habilitação.

Art. 3º Os cicloelétricos deverão ser registrados e licenciados junto ao órgão executivo

de trânsito do município, conforme a Resolução CONTRAN nº 996, de 03 de julho de

2023.

Parágrafo Único.

Parágrafo Único. Para a aquisição de ciclomotor e bicicleta elétrica, o comprador

deverá obrigatoriamente realizar um curso de direção defensiva, a ser fornecido pela

empresa vendedora dos mesmos, que poderá ministrar o curso em parceria com o

Serviço Social do Transporte - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte -

SEST SENAT. Ao término do curso, o comprador receberá uma licença específica para

a condução de ciclomotores e bicicletas elétricas.

Art. 4º As bicicletas elétricas deverão obedecer às seguintes especificações:

I. potência nominal máxima de até 350 Watts;

- II. velocidade máxima de 25 km/h;*
- III. serem dotadas de sistema que garanta o funcionamento do motor somente quando o condutor pedalar;*
- IV. não dispor de acelerador ou de qualquer outro dispositivo de variação manual de potência;*
- V. possuir indicador de velocidade;*
- VI. campainha;*
- VII. sinalização noturna dianteira, traseira e lateral;*
- VIII. espelhos retrovisores em ambos os lados; e pneus em condições mínimas de segurança;*
- IX. uso obrigatório de capacete de ciclista*

X. Não necessitam de registro e licenciamento;

XI. O condutor não precisa ser habilitado;

XII. Caso não cumpram os requisitos estabelecidos, serão enquadradas como ciclomotores ou cicloelétricos e sujeitas ao respectivo regramento.

Art. 5º Os cicloelétricos deverão estar equipados com:

I. Indicador de velocidade;

II. Campainha;

IV. Sinalização noturna dianteira, traseira e lateral;

V. É obrigatório o uso de capacete

Art. 6º Os veículos autopropelidos destinados exclusivamente à pessoas com

deficiência (PCD) deverão seguir as especificações:

I. Uso de indicador de velocidade, campainha e sinalização noturna dianteira,

traseira e lateral;

II. Dimensões de largura e comprimento iguais ou inferiores às de uma cadeira

de rodas, conforme NBR 9050/2004;

III. Velocidade máxima de 6 km/h em áreas de circulação de pedestres;

IV. Velocidade máxima de 20 km/h em ciclovias e ciclofaixas;

V. Isenção de registro e licenciamento;

VI. Isenção de habilitação (CNH).

Art. 7º Fica vedado o uso de cicloelétricos e bicicletas elétricas para transporte

remunerado de passageiros, conforme previsto na Lei 12.587/12, alterada pela Lei

13.640/18.

Art. 8º Os condutores de ciclomotores, cicloelétricos e bicicletas elétricas estarão

sujeitos às infrações e crimes de trânsito conforme o Código de Trânsito Brasileiro

(CTB).

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Chapadão do Sul, 28 de outubro de 2024.

Ver. Alirio Bacca, Presidente.

Lei Ordinária Nº 1420/2024 - 28 de outubro de 2024

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em